

Corte vai de remédio a fralda geriátrica

— Redução de R\$ 1,2 bi em programa, em favor do orçamento secreto, restringe acesso a medicamentos gratuitos ou mais baratos e deve pressionar o SUS, afirma associação

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O corte de 60% de recursos no Orçamento de 2023 para a gratuidade de medicamentos da Farmácia Popular vai restringir o acesso da população a 13 tipos de princípios ativos de remédios usados no tratamento de doenças como diabetes, hipertensão e asma, segundo avaliação da PróGenéricos, associação que reúne os principais laboratórios do País. Os produtos da Farmácia Popular são destinados ao tratamento das doenças que mais acometem a população (veja quadro).

Como revelou o Estadão, o governo Jair Bolsonaro, ao enviar o projeto de Orçamento de 2023, passou a tesoura no programa para abrir espaço ao orçamento secreto. A verba para os medicamentos gratuitos caiu de R\$ 2,04 bilhões, no Orçamento de 2022, para R\$ 804 milhões no projeto de 2023 – enviado ao Congresso no fim de agosto. Um corte de R\$ 1,2 bilhão.

Os princípios ativos são moléculas de uma substância que têm efeito terapêutico. Eles ficaram mais conhecidos com a chegada dos medicamentos genéricos, que recebem o nome da molécula. A presidente da PróGenéricos, Telma Salles, diz que vê com preocupação o corte dos investimentos e a pressão maior sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) com o esvaziamento da gratuidade da Farmácia Popular.

Segunda ela, o corte vai impedir o acesso de novas pessoas aos medicamentos gratuitos e deixar boa parte dos beneficiários sem os remédios. Isso porque são produtos de uso contínuo e, portanto, seu consumo não pode ser abandonado. O resultado, diz, é que elas vão buscar o tratamento no SUS.

“As pessoas vão deixar de ter o produto e utilizar o pouco recurso que têm para passar a comprar o medicamento. Há um desvio de finalidade do recurso de uma população que já é economicamente frágil”, diz a presidente da PróGenéricos.

“A diminuição da possibilidade de alguém se tratar é devastadora sob todas as formas. Há o agravamento da doença e o custo para o próprio SUS. Não me parece ser inteligente porque vão afogar o SUS com doenças que não são tratadas”, critica

Telma, que inicia em Brasília esta semana reuniões com autoridades para tentar ampliar os recursos na votação do Orçamento, depois das eleições.

APELO AOS CANDIDATOS. A entidade prepara uma carta para os presidentáveis, e um dos pontos de alerta é o fortalecimento das farmácias populares. Desde 2016, o governo não corrige o quanto paga pelos produtos. “Para nossa indústria, esse é um programa no qual as empresas têm margem muito pequena.” A indústria tem participado do programa desde 2004.

Além do corte da gratuidade, a modalidade chamada de copagamento – em que o governo paga uma parte; e o beneficiá-

Itens atingidos

Os princípios ativos afetados pela decisão

● Medicamentos gratuitos

Para asma: brometo de ipratrópio, dipropionato de beclometsona e sulfato de salbutamol
Para diabetes: cloridrato de metformina – glibenclâmida, insulina humana e insulina humana regular
Para hipertensão: atenolol – captopril, cloridrato de propranolol, hidroclorezida, losartana potássica, maleato de enalapril

● Medicamentos com copagamento

Para anticoncepção: acetato de medroxiprogesterona, etinilestradiol + levonorgestrel, noretisterona e valerato de estradiol – enantato de noretisterona
Para osteoporose: alendronato de sódio
Para rinite: budesonida
Para doença de Parkinson: carbidopa + levodopa e cloridrato de benserazida + levodopa
Para glaucoma: maleato de timolol
Para controle do colesterol: sinvastatina
Para uso diverso: fraldas geriátricas

rio, a outra – teve um corte de 60% entre 2022 e 2023.

Técnicos do governo na área de saúde ouvidos pelo Estadão, na condição de anonimato, afirmam que o corte de 60% coloca em xeque a própria continuidade da Farmácia Popular, uma política considerada bem-sucedida. Eles lembram que pesquisas mostraram o forte impacto do programa na população de baixa renda e na redução de custos para o SUS. Eles também ressaltam que essa política pública estimulou a concorrência entre os fabricantes.

Procurado, o Ministério da Saúde disse que prepararia uma resposta, não recebida até a conclusão da edição. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1